

Os subsídios dos créditos à exportação deverão acabar, mas permanecerão os incentivos aos exportadores. A informação foi dada ontem no Rio pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao mesmo tempo em que em Brasília o chefe de sua Assessoria Econômica, Adésio Fernandes, dizia que "se tudo der certo" a inflação começará a cair em março. Fernandes confirmou que será mantido o aperto de crédito sobre o setor público.

O ministro da Fazenda lembrou que os juros para os financiamentos à exportação estão o em torno de 60% da correção monetária. Para o ministro, essas taxas devem subir para "algo como 95% da correção e mais 3%".

Ele confirmou que a política de centralização de câmbio no Banco Central deverá ser relaxada até o final do ano, uma vez concluídos os entendimentos do governo com o Fundo Monetário Internacional e os bancos credores.

Negou que haja problemas com a liberação de financiamentos às importações. "São apenas algumas linhas de crédito à exportação desses mesmos países que estão sendo acertadas, como a do Export-Import Bank do Japão. Não têm nada a ver com o Projeto Três (financiamento às importações). São apenas linhas de crédito governamentais, do interesse dos próprios países exportadores, no valor total de US\$ 8,5 bilhões."

Inflação

Por sua vez, Edésio Fernandes previu que a inflação deste mês ficará em torno de 8%, e a de janeiro, em razão dos aumentos de preços previstos, poderá atingir os 9%. Em fevereiro, a taxa ainda será alta, mas em março começará a cair, e no segundo semestre haverá uma queda mais acelerada dos preços.

Para isso, ressalta Edésio Fernandes, será necessário que a sociedade acredite e após as medidas econômicas adotadas pelo governo e, também, que o limite de expansão da oferta de crédito em 50% seja rigorosamente cumprido. Edésio reconhece "efeitos perversos" neste processo, mas assegura que, se tudo der certo, a inflação vai cair.

Fonte categorizada do Ministério da Fazenda disse ontem que o aumento de preço dos cigarros, em janeiro, ficará entre 40 e 50%. Uma fonte da Receita Federal, que acompanha as discussões sobre o assunto, considerou "absurdo" um provável aumento de 60%, assinalando que isso diminuiria a própria receita fiscal; a própria indústria do fumo teria prejuízos sérios, já que dificilmente haveria novos fumantes depois desse aumento.

Setor público

Edésio Fernandes confirmou que alguns governos estaduais e empresas estatais têm insistido nos pedidos ao Comor (Comitê Interministerial de Acompanhamento e Execução dos Orçamentos Públicos) para sair da regulamentação da Resolução 831 (que estabelece tetos mensais de endividamento do setor público), mas salientou que o órgão não fará nenhuma exceção.

Na reunião de hoje do Comor, serão analisados vários desses pedidos, entre eles da Vasp, Companhia Vale do Rio Doce, e governos do Estado do Rio e de Mato Grosso. O Rio de Janeiro, por exemplo, pede autorização para utilizar recursos no montante de US\$ 55 milhões, depositados no Banco Central, e que seriam repassados para o Metrô. O problema é que essa liberação, no entender do governo, aumenta o déficit público.

PETRÓLEO

Apesar do prejuízo de "alguns bilhões de cruzeiros" sofrido este ano, a Shell vai investir no Brasil, em 1984, cerca de US\$ 120 milhões, nas áreas de distribuição de derivados do petróleo, química e de metais, por "acreditar na estabilidade política, econômica e social do País". Essa informação foi dada ontem pelo presidente do grupo Shell, Abel Carparelli, segundo quem a empresa vai sofrer prejuízo em 1983, depois de 70 anos de operações no Brasil, por quatro razões básicas: investimentos de maturação prolongada, maxidesvalorização do cruzeiro, tratamento discriminatório e preços irrealistas impostos pelo governo, além da erosão do capital da empresa pela demora de seu registro no País.

O prejuízo da Shell na área de metais, segundo Carparelli, se deveu ao fato de dois grandes projetos não terem ainda atingido a maturidade necessária, o da Alunar, no Maranhão, e o da Valesul, no Rio de Janeiro. Destacou também que a maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro deste ano e as desvalorizações mensais contribuíram de modo sensível para reduzir os ganhos da Shell.

Carporelli lembrou que a Indústria de Aditivos do Brasil, pertencente ao grupo Shell, terá prejuízo pelo quarto ano consecutivo, em virtude dos "preços irrealistas" impostos pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP). Mesmo assim, segundo ele, a empresa não encerrará as suas atividades. Nas áreas de distribuição de derivados de petróleo, química e de metais, a Shell terá lucro este ano, esclareceu Carparelli.

Ao revelar a sua preocupação com o que classificou de "tratamento discriminatório" do Brasil, Carparelli informou que o capital



Crédito mais difícil. Mas a inflação deve começar a cair em março.

O Comor discutirá, também, a "racionalização" da política de comercialização do açúcar e álcool, que está sendo estudada por um grupo de trabalho e deve ser submetida ao Conselho Monetário Nacional. Também será discutida a revisão dos instrumentos de promoção de exportação, principalmente as Resoluções 674, 643 e 330.

O Aviso MF-30, que deu nova regulamentação aos débitos das empresas estatais junto ao Banco do Brasil, deverá sofrer alterações, por causa de erros de interpretação gerados pela sua má redação. E, mais uma vez, será amplamente analisado o orçamento monetário de 1984, cuja elaboração está sofrendo dificuldades políticas, por causa

da indefinição quanto às taxas de juros subsidiadas às exportações e ao crédito rural.

Moeda e crédito

O estoque real de moeda diminuiu 3,4% em novembro e 37,9% nos últimos 12 meses, "com o objetivo de manter a liquidez da economia em níveis adequados à desaceleração do processo inflacionário", informou ontem o Banco Central. A política fiscal foi o principal instrumento de contração da liquidez da economia: de janeiro a novembro, o Tesouro registrou superávit de caixa de Cr\$ 1,23 trilhão e ainda transferiu ao orçamento monetário Cr\$ 868,7 bilhões, o que permitiu a contração de Cr\$ 2,1 trilhões no saldo da base monetária (emissão primária de moeda) no período.

A recessão econômica, as altas taxas de juros, a perda de competitividade dos bancos comerciais na captação de depósitos e o risco cambial contribuíram para reduzir a oferta de crédito e a velocidade de circulação da moeda (multiplicador da base monetária) em novembro. No mês passado, a base monetária cresceu 10,5% contra 6,7% em outubro. Já os empréstimos do Banco do Brasil e dos bancos comerciais registraram taxas de expansão de 9,7% em outubro e 5,3% em novembro e os meios de pagamento (moeda em poder do público e depósitos à vista nos bancos) 8,3% e 6%, nos respectivos períodos.

Contra a inflação de 189,1% no ano e de 206,9% nos últimos 12 meses, a expansão dos meios de pagamento está contida em 67,4% e 92,9% nos mesmos períodos. A base monetária cresceu 71,9% e 89,5%, no ano e em 12 meses, respectivamente. Segundo técnico do Banco Central, a contínua queda real do estoque dos meios de pagamento, em seu conceito tradicional, e também da base monetária sem a contrapartida da queda no ritmo inflacionário, explica a deficiência da política em vigor, centralizada apenas no controle dos recursos não-remunerados do sistema monetário e das aplicações líquidas da base monetária. Por isso, mesmo com a contração de 37,9% no estoque real de moeda nos últimos 12 meses, o aperto de liquidez na economia ficou até aquém da expectativa das autoridades monetárias.

O Tesouro contribuiu com Cr\$ 2,1 trilhões para a contração da base monetária, através de repasse de recursos fiscais, mas também ajudou a aumentar a oferta de moeda, via resgate de títulos da dívida pública interna. Em novembro, o Banco Central efetuou resgate líquido de Cr\$ 311,7 bilhões, sendo Cr\$ 265,6 bilhões junto ao setor privado e Cr\$ 46,1 bilhões junto aos órgãos públicos. De janeiro a novembro, a compra líquida de Cr\$ 930,7 bilhões serviu para compensar em parte a forte pressão da política fiscal sobre a oferta monetária.

Shell vai investir mais. Apesar dos prejuízos.

da Shell está defasado, sofrendo grande erosão, porque o seu registro pelo Banco Central leva vários meses, enquanto a variação cambial ocorre de forma sistemática.

Carporelli enfatizou que o Brasil deveria ser mais competitivo, pois estimu-

la mais a obtenção de empréstimos do que de capitais próprios. Uma empresa como a Shell sofre seriamente com esse tipo de dificuldade, já que a sua tendência é aumentar o capital próprio para reduzir o nível de endividamento. E esclareceu: "Estamos no pico do endividamento".

Ao falar sobre os contratos de risco, Carparelli explicou que a Pecten, empresa do grupo Shell encarregada de executá-los, gastou este ano com as suas atividades no Brasil de US\$ 30 a US\$ 40 milhões e deverá gastar em 1984 "dezenas de milhões de dólares", porque continua acreditando nos contratos de risco, apesar do seu elevado custo. Lembrou que o custo de um poço varia de US\$ 5 milhões a US\$ 10 milhões. O total das aplicações na área, desde 1976, alcançou US\$ 250 milhões.

A Shell do Brasil, segundo Carparelli, dentro das prioridades definidas para a economia nacional, realizou investimentos entre 1970 e 1973 da ordem de US\$ 920 milhões, assim revelados: distribuição de derivados de petróleo, US\$ 320 milhões; produção e distribuição de produtos petroquímicos, US\$ 80 milhões; produção de bauxita, alumina e alumínio, US\$ 520 milhões. Dos US\$ 920 milhões estão excluídos os gastos com os contratos de risco, disse Carparelli.

Os investimentos previstos na área de metais não-ferrosos, através da Billiton Metais S.A., do grupo Shell, superam os US\$ 600 milhões, segundo Carparelli.